




# A FRONTEIRA E A COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA: NOTAS TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA REFLETIR SOBRE O BRASIL

## | *LA FRONTERA Y LA COLONIZACIÓN AGRÍCOLA: NOTAS TEÓRICO-CONCEPTUALES PARA REFLEXIONAR SOBRE BRASIL*

DOI: [10.24979/makunaima.v7i2.1553](https://doi.org/10.24979/makunaima.v7i2.1553)

Danilo Paranhos Batista   
Luciene Maria da Silva e Silva   
Jodenir Calixto Teixeira 

**Resumo:** Este estudo analisa a relação entre a fronteira e a colonização agrícola no Brasil, explorando suas bases teóricas e históricas. A pesquisa utiliza abordagem qualitativa e levantamento documental, focando em conceitos e teorias de autores como Turner (1893), Becker (1982 e 1988), Ianni (1979, 1984 e 1986), Ricardo (1942) e Waibel (1979). Discutem-se as influências do programa “Marcha para o Oeste” na ocupação do território brasileiro, destacando as diferenças entre os modelos de fronteira nos Estados Unidos e no Brasil. As análises apontam para a complexidade do processo de ocupação, marcado por disputas territoriais, expropriação de camponeses e povos originários, e pela intensificação das relações capitalistas na Amazônia a partir da década de 1960. Conclui-se que a fronteira, além de elemento geográfico, é espaço de conflitos sociais, econômicos e ambientais, requerendo maior democratização do acesso à terra e reconhecimento das dinâmicas históricas de exclusão no país.

**Palavras-chave:** Fronteira. Colonização Agrícola. Marcha para o Oeste. Ocupação Territorial. Amazônia.

**Resumen:** Este estudio analiza la relación entre la frontera y la colonización agrícola en Brasil, explorando sus bases teóricas e históricas. La investigación utiliza un enfoque cualitativo y un levantamiento documental, centrándose en conceptos y teorías de autores como Turner (1893), Becker (1982 e 1988), Ianni (1979, 1984 e 1986), Ricardo (1942) e Waibel (1979). Se discuten las influencias del programa “Marcha hacia el Oeste” en la ocupación del territorio brasileño, destacando las diferencias entre los modelos de frontera en los Estados Unidos y Brasil. Los análisis señalan la complejidad del proceso de ocupación, marcado por disputas territoriales, expropiación de campesinos y pueblos originarios, y por la intensificación de las relaciones capitalistas en la Amazonía a partir de la década de 1960. Se concluye que la frontera, además de ser un elemento geográfico, es un espacio de conflictos sociales, económicos y ambientales, requiriendo una mayor democratización del acceso a la tierra y el reconocimiento de las dinámicas históricas de exclusión en el país.

**Palabras clave:** Frontera. Colonización Agrícola. Marcha hacia el Oeste. Ocupación Territorial. Amazonía.

## 1.1 Introdução

A relação entre fronteira e colonização agrícola constitui um tema de grande relevância e interesse no contexto brasileiro. Este estudo fundamenta-se nas teses de Frederick Jackson Turner, que buscou analisar o desenvolvimento dos Estados Unidos a partir da expansão territorial sobre as áreas de fronteira agrícola. Turner (1893) argumentou que as terras do oeste estadunidense, consideradas por ele como vazias e subdesenvolvidas, foram ocupadas por pioneiros, os quais impulsionaram o desenvolvimento do país.

No Brasil, Cassiano Ricardo foi um dos primeiros estudiosos a abordar o tema da fronteira com base nos conceitos propostos por Turner. Em sua obra “Marcha para oeste: A influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil” de 1942. Ricardo analisou a figura dos bandeirantes como fundadores da nação brasileira, atribuindo-lhes o papel de responsáveis pela ocupação territorial e pelo desenvolvimento da região oeste do país. Nesse contexto, a ideia de terras livres a serem exploradas, teorizada por Turner, influenciou as discussões nas Ciências Sociais sobre a fronteira brasileira, com destaque para a Amazônia.

Além de Cassiano Ricardo, outros estudiosos, como Leo Waibel e Pierre Monbeig, também contribuíram para o debate sobre a fronteira e a colonização agrícola. Waibel, por exemplo, propôs uma distinção entre fronteira demográfica e fronteira econômica, argumentando que a expansão agrícola intensiva deveria caracterizar a fronteira, em contraste com a ocupação dispersa observada em diversas partes do país. No entanto, essa perspectiva não se aplicava igualmente a todas as regiões de avanço da fronteira brasileira.

Em síntese, a relação entre a fronteira e a colonização no Brasil tem sido amplamente estudada e debatida, com contribuições de teóricos como Turner (1893), Becker (1982, 1988), Ianni (1979, 1984, 1986), Martins (1975, 1980, 1993, 1997), Ricardo (1942), Waibel (1979) e outros. Esses estudiosos desempenharam um papel crucial na análise das características e implicações do processo de ocupação territorial, considerando aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos. Assim, o objetivo deste trabalho é investigar os significados e fundamentos das teorias relacionadas à fronteira e à colonização agrícola e, a partir dessa compreensão, realizar uma análise sobre o desenvolvimento do Brasil e suas dinâmicas territoriais ao longo do tempo.

## 1.2 Metodologia

A abordagem deste estudo foi de natureza qualitativa descritiva de interpretação, utilizando como procedimento de coleta de dados a pesquisa documental. Essa pesquisa foi realizada por meio da análise de artigos, narrativas e produções disponíveis em *websites*, com o objetivo de produzir uma análise crítica e uma associação de conteúdo. O foco esteve em analisar os conceitos e teorias relacionados à fronteira e à colonização agrícola na Amazônia brasileira, bem como sua conexão com a lógica capitalista globalizada.

Foi realizada uma análise do artigo O significado da fronteira na história americana, de Frederick Jackson Turner (1893, tradução nossa). Nesse processo, utilizou-se a técnica

de livre-associação como ferramenta metodológica para integrar diferentes perspectivas de trabalho. Essa análise serviu como base para a discussão e o aprofundamento do debate com autores como Becker (1982 e 1988), Ianni (1979, 1984 e 1986), Martins (1975, 1980, 1993 e 1997), Ricardo (1942), Waibel (1979), entre outros.

O levantamento de documentos bibliográficos, narrativas e produções diversas foi realizado por meio da *internet*, utilizando as seguintes palavras-chave: fronteira, colonização agrícola, marcha para o oeste e ocupação territorial do Brasil. Os resultados obtidos foram apresentados na seção “Resultados e Discussão”.

Os procedimentos técnicos foram organizados em três etapas: a primeira consistiu no levantamento do acervo bibliográfico; a segunda envolveu a leitura sistemática e programada, a coleta de dados de trabalhos científicos; e a terceira etapa que abrangeu a redação, a revisão e o aprofundamento da discussão.

### 1.3 Resultados e discussão

Para compreender e refletir sobre a fronteira e a colonização no Brasil, tornou-se necessário analisar as bases teóricas que fundamentam essa temática. Nesse contexto, identificou-se um estudo situado em uma das teses do historiador Frederick Jackson Turner, reconhecido como o “pai da historiografia moderna nos Estados Unidos”, cujas ideias oferecem conceitos estruturantes para o debate sobre a fronteira no Brasil.

Turner (1893, tradução nossa) buscou, em seu estudo, explicar o processo de desenvolvimento territorial dos Estados Unidos da América (EUA) por meio do avanço sobre as áreas de fronteira agrícola no oeste do país. Essas regiões, embora habitadas por povos originários (indígenas), eram vistas pelos pioneiros como grandes vazios demográficos e econômicos. Nesse contexto, o avanço da fronteira agrícola para o oeste resultaria na ocupação progressiva desses espaços geográficos pelos pioneiros, contribuindo para o desenvolvimento do país.

De acordo com Velho (1979, p. 16), “a existência de uma área de terras livres, seu recuo contínuo e o avanço do povoamento americano em direção ao oeste explicam o desenvolvimento americano”. Esse argumento corrobora as ideias de Turner (1893), que também sugere que o desenvolvimento econômico decorrente desse processo teria gerado elementos centrais para a consolidação da democracia nos Estados Unidos. Assim, entende-se que a democracia estadunidense foi influenciada diretamente por um arranjo estabelecido entre os pioneiros em sua expansão territorial, frequentemente em confronto com os povos originários.

A partir da construção teórica de Turner, destaca-se em sua proposta a ideia de um espaço geográfico composto por terras livres, caracterizado como um vazio demográfico no oeste, que influenciou as discussões sobre o conceito de fronteira no caso brasileiro. Esse debate, em particular, se refere à região amazônica, considerada, nesse contexto, uma área de terras livres que deveria ser ocupada e explorada economicamente.

Segundo Souza (2010), o primeiro autor brasileiro a estudar e abordar o conceito de fronteira com base nas concepções de Turner foi Cassiano Ricardo, poeta, ensaísta, jornalista, funcionário público e advogado. Em seu livro *Marcha para Oeste: A Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil*, publicado em 1942, Cassiano Ricardo desenvolveu uma análise que destacava o espírito bandeirante como elemento formador do povo e da identidade brasileira. Inspirado nos moldes de Turner, ele projetou os bandeirantes como pioneiros no processo de desenvolvimento da região oeste do país.

Para Ricardo (1942), as bandeiras deixaram um legado significativo para a ocupação do oeste do território que atualmente corresponde ao Brasil, visto que essa região, equivocadamente, era considerada um vazio demográfico até meados do século XX. Apesar de Turner ter servido como base conceitual para Ricardo, havia divergências em suas interpretações. Enquanto Turner entendia a fronteira como o espaço de formação da democracia nos Estados Unidos, Ricardo acreditava que o desenvolvimento desse processo no contexto brasileiro resultaria em tendências autoritárias.

Diante do exposto e considerando o caso brasileiro, construiu-se, ao longo do processo histórico do país, a ideia do bandeirante como o pioneiro responsável por estabelecer as bases para a colonização do oeste brasileiro. Essa concepção foi adotada como proposta de planejamento durante o período do Estado Novo (1937-1945), no governo do Presidente Getúlio Vargas, que instituiu o programa denominado “Marcha para o Oeste”.

Esse programa contribuiu para a criação de colônias agrícolas no Centro-Oeste e na Amazônia brasileira, com o objetivo de estimular processos migratórios e a territorialização em áreas consideradas vazios demográficos, como estratégia de ocupação de terras livres no país. Além disso, buscou incentivar nos brasileiros uma ideologia que exaltava o pioneirismo, promovendo a ideia de desbravar territórios ainda não explorados. Esse processo foi retomado pelo governo militar a partir da década de 1970, instaurado anteriormente por meio de um golpe de Estado em 1964.

Diante desses fatores, consolidou-se no imaginário brasileiro uma figura abstrata que, segundo Souza *et al.* (2010), foi denominada de “ser de fronteira” – um pioneiro destinado a desbravar o sertão brasileiro. Esse “ser!” seria o bandeirante brasileiro do século XX, caracterizado pela persistência e pelo espírito desbravador. No entanto, conforme Velho (1979), essa figura pode ser entendida como representativa dos “bandeirantes estatais”.

Velho (1979) destaca que o avanço pioneiro sobre a fronteira resultou em importantes realizações, como a construção da cidade de Brasília, da Rodovia Belém-Brasília, da Rodovia Transamazônica e da Rodovia Porto Velho-Manaus. Na quarta edição do livro *Marcha para Oeste* (Ricardo, 1970), observa-se que essas grandes obras de infraestrutura contribuíram para a exaltação do pioneirismo brasileiro. No entanto, o autor aponta dificuldades em associar a figura do pioneiro ao pequeno agricultor em busca de novas terras.

Partindo dos conceitos elaborados por Turner sobre fronteira no território estadunidense, Waibel (1979) buscou diferenciar o caso americano do brasileiro. Segundo o autor,

a fronteira nos Estados Unidos poderia ser considerada única, sempre voltada para o oeste, para onde os habitantes da região leste se dirigiam, promovendo o desenvolvimento socioeconômico. Em relação ao Brasil, Waibel propôs uma perspectiva distinta, identificando duas fronteiras: a econômica e a demográfica. Para fundamentar essa diferenciação, Weibel (1979, p. 73) associou três fatores a cada uma das fronteiras:

[...] uma região economicamente desenvolvida no Sul, o sertão a leste e a mata virgem a oeste. A fronteira demográfica limitaria o sertão com a mata virgem a oeste, enquanto a fronteira econômica separaria o sertão, a leste, da região economicamente desenvolvida ao sul.

Diante dessas perspectivas, Waibel (1979) desenvolveu o conceito de “zona pioneira”, apresentando uma nova abordagem que rompe com a visão tradicional e pontual sobre o avanço migratório em direção às novas áreas localizadas a oeste do território brasileiro. Nesse sentido, Silva (2007, p. 80) reforça essa ideia ao afirmar que “Waibel considera que a zona pioneira surge quando são criadas condições de produção agrícola e de povoamento que induzem não apenas a imigração, mas também o consequente crescimento econômico e urbano de uma região.” Assim, entende-se que a fronteira, no contexto do desenvolvimento social do Brasil, representava um espaço por onde avançavam conjuntamente pequenos produtores sem-terra e produtores capitalistas. Esses sujeitos, em articulação com o Estado, desempenharam um papel fundamental na ocupação da região oeste do país.

Sob essa perspectiva, Waibel (1979) argumenta que poucas áreas de avanço da fronteira poderiam ser classificadas como áreas pioneiras, sendo grande parte da Amazônia Legal brasileira excluída dessa categoria. Isso porque, na região, a agricultura predominante era voltada para o autoconsumo, não configurando, assim, uma fronteira agrícola. Segundo o autor, para que uma área fosse considerada fronteira, seria necessário o desenvolvimento da agricultura comercial por meio de métodos intensivos de produção. Contudo, o avanço da fronteira na Amazônia ocorreu de forma dispersa, configurando uma alternativa oposta ao modelo padrão predominante no Brasil.

Leo Waibel apresenta uma análise crítica sobre o papel do camponês nas zonas pioneiras de desenvolvimento agrícola no Brasil. Waibel (1979) propõe que o cultivo da terra constitui o fundamento econômico dessas regiões e que o camponês deve ser compreendido nesse contexto de fronteira, ou seja, na interseção entre o desenvolvimento econômico e a ocupação do território. Contudo, Machado (1995) argumenta que a visão de Waibel é limitada, pois ele considera como verdadeiro camponês apenas aquele que emprega métodos agrícolas intensivos, é eficiente na produção e utiliza técnicas avançadas de cultivo. Essa perspectiva difere da realidade brasileira, na qual a ocupação da terra ocorre de forma predominantemente espontânea e pouco planejada.

Monbeig (1984) adotou uma linha teórica semelhante à de Leo Waibel em sua análise sobre a ocupação da fronteira no estado de São Paulo. O autor analisou as características

da marcha pioneira no Brasil e discutiu o conceito de “zona pioneira”, definida como uma área mais abrangente que representa o avanço da fronteira no território brasileiro. Nesse contexto, apoiando-se na teoria de Isaiah Bowman, Pierre Monbeig explica que a ocupação da fronteira brasileira ocorre de maneira desordenada e fragmentada, caracterizada por ele como uma “franja pioneira”. Monbeig (1984, p. 165) reforça essa ideia ao afirmar:

[...] os pioneiros são como exércitos que partem para o assalto e as derrubadas são campos de batalha. Uma zona pioneira, como uma zona de guerra, conhece problemas de abastecimento, tem seus serviços de intendência e sua retaguarda e, nesse combate pacífico, o dinheiro é também o nervo da guerra. Entretanto, todo combate supõe uma estratégia e estrategistas que, providos de mapas, possam localizar as posições ocupadas pelas tropas, acompanhar sua marcha e modificá-la, se necessário. [...] o avanço (simples) do povoamento está longe de ter o aspecto de um front contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar, como Isaiah Bowman, em franja pioneira, expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta, onde manchas de floresta subsistem às vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem mais distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas.

Monbeig (1984) analisou as características do processo de colonização espontânea ocorrido na Amazônia brasileira, com ênfase na questão da propriedade da terra. Segundo Machado (1995), Pierre Monbeig ressalta em seu estudo que a transformação da terra em propriedade privada nas áreas da “franja pioneira” ocorreu predominantemente por meio de desmatamentos florestais.

Diante do exposto, torna-se evidente que a construção conceitual de Monbeig centrou-se na teoria sobre a temática da fronteira, sem abordar de forma aprofundada os conflitos gerados por esse processo. Ele também não tratou como problemática central questões relacionadas à violência nas áreas de fronteira, como o extermínio de povos originários e a exclusão de camponeses.

Além de Pierre Monbeig, outros autores, como Cassiano Ricardo e Leo Waibel, interpretaram a fronteira com base na tradição estadunidense para a análise da ocupação de terras consideradas “livres”. Essa abordagem seguiu os parâmetros do positivismo, fundamentada nas teses de Turner, que valorizavam os feitos dos pioneiros na exploração dessas terras. Contudo, tais análises negligenciaram os intensos conflitos ocorridos nas áreas associadas ao contexto da fronteira agrícola.

A prática interpretativa predominante passou a ser questionada no Brasil a partir da década de 1970, quando a expansão da fronteira amazônica, liderada pelo governo militar, gerou exclusão social e extrema violência. Esses problemas foram ocultados por



meio de propagandas estatais que exaltavam o progresso do país como fruto do pioneirismo brasileiro.

Em resposta a essas crises, surgiram contrapontos que desafiaram o conceito hegemônico da época, fundamentados em discussões teóricas das Ciências Sociais. Esse campo desempenhou um papel crucial ao produzir novas concepções sobre os conflitos gerados pela ocupação e as dinâmicas socioeconômicas da região. Nesse debate, o camponês emergiu como uma figura central, enquanto o latifúndio capitalista foi apontado como o principal obstáculo à democratização do acesso à terra nas áreas de fronteira e à consolidação de um território baseado no modo de vida camponês.

Martins (1975, 1993 e 1997) desenvolveu uma teoria crítica mais consistente sobre a questão da fronteira no Brasil. Suas análises posicionaram a fronteira como um espaço de alteridade, marcado por conflitos e violência. O autor abordou a complexidade da fronteira, destacando as condições dos povos originários e dos camponeses, representados como grupos marginalizados e frequentemente submetidos à violência em sua relação com o poder do Estado e com o modo de produção capitalista, predominante na fronteira, especialmente por meio das grandes propriedades de terra.

Martins (1997, p. 11 e 13) ressalta que, além de ser um espaço de exclusão, a fronteira também carrega um caráter simbólico como lugar de esperança e de busca por uma nova vida, conforme se observa nos trechos a seguir:

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura.

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora.

Com base nessa interpretação da fronteira brasileira, foram consolidados os conceitos de “frente de expansão e frente pioneira” (Martins, 1997, p. 14). O termo “frente de expansão” foi empregado, sobretudo, por antropólogos para analisar a interação entre as sociedades indígenas e outros grupos organizados no território. Por outro lado, a ideia de “frente pioneira” ofereceu uma análise mais ampla, abrangendo o avanço demográfico e econômico em grande escala na fronteira. Em função desses fatores, essa última abordagem

conquistou maior aceitação entre os estudiosos que seguiam as ideias de Frederick Jackson Turner.

De acordo com José de Souza Martins (1975, 1980, 1997) e Bertha Becker (1988), que analisaram tanto os contatos com os povos originários quanto com os camponeses, é possível identificar uma distinção entre a “frente de expansão” e a “frente pioneira” no processo de ocupação da terra. Segundo essa perspectiva, a frente de expansão precede a frente pioneira, sendo esta última responsável pela expropriação dos trabalhadores que inicialmente ocuparam a terra e mantiveram sua presença nela. No entanto, essa interpretação não foi consensual entre os teóricos que estudaram a fronteira brasileira.

Conforme Martins (1975), a frente de expansão está intrinsicamente associada à economia de mercado, uma vez que se caracteriza como uma economia baseada no excedente. Nela, os camponeses priorizam a subsistência e, em segundo plano, a troca dos produtos excedentes que conseguem produzir. Nesse sentido, Martins (1975, p. 46) complementa, afirmando que:

[...] a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo, a frente de expansão está integrada na formação capitalista.

Becker (1988) desenvolveu uma análise sobre a frente de expansão na região da Amazônia brasileira, destacando que essa região representa a reprodução de formas não capitalistas de produção na agricultura, mas, ao mesmo tempo, serve ao capital ao fornecer alimentos e mão de obra barata. Esse processo resulta em conflitos fundiários, na formação de latifúndios e na criação de uma população camponesa sem-terra, que continua a lutar pelo direito à posse da terra. Embora esse tipo de frente também tenha ocorrido em outras regiões do Brasil, é na Amazônia brasileira que ela se manifesta de forma mais completa e subordinada à frente pioneira.

A propriedade privada, segundo Martins (1975), é um fator essencial para o estabelecimento da frente pioneira. O autor destaca que, nesta frente, a terra é adquirida por meio da compra, e não pela ocupação. Ou seja, “a frente pioneira formula o seu antagonismo com a frente de expansão em torno de um valor: a propriedade privada da terra, isto é, a renda capitalizada” (Martins, 1975, p. 47). Em vista disso, o avanço da frente pioneira resulta em um aumento significativo da violência e da expropriação de camponeses e povos originários, que são desapossados e forçados pelo capital a se desterritorializarem.

Diante desses fatores, o desenvolvimento da fronteira resulta na acumulação primitiva, um processo estrutural que, segundo Ianni (1979), envolve a expropriação dos povos originários, seguidos pelos camponeses posseiros. Por outro lado, Martins (1980) destaca que, em muitos casos, os povos originários e os posseiros são expropriados simultaneamente, um processo que ocorre com frequência no espaço geográfico da Amazônia brasileira.



A dinâmica da fronteira desempenhou um papel fundamental na ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. A partir do século XX, as frentes de expansão e pioneira avançaram para o oeste do país, impulsionando o processo de ocupação. Segundo os autores como Oliveira (1988) e Becker (1982), esse processo se intensificou após o golpe de 1964, quando essas regiões, em específico a Amazônia, passaram a ser vistas pelos militares como áreas desabitadas e prontas para serem ocupadas.

Assim, entende-se que a fronteira não se limita exclusivamente aos aspectos demográficos e econômicos, mas se constitui também como uma fronteira geopolítica. Dessa forma, o Estado passou a criar condições favoráveis para o crescimento e a reprodução do capital, assegurando a ocupação das terras, tanto para a exploração imediata quanto para garantir lucros futuros aos capitalistas. Becker (1988, p. 70) corrobora essa perspectiva, ressaltando que a abordagem geopolítica adotada pela fronteira amazônica nas décadas de 1970 e 1980 é consistente:

Em face do seu projeto de rápida estruturação e controle de tão extenso território, o Estado cria condições para a apropriação privada das terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização; na década de 1970, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária capitalista vinculada a firmas nacionais e multinacionais sediadas no Sudeste do país. Na década de 1980, grandes projetos de exploração mineral apropriam-se de vastos territórios e recursos regionais.

O processo de ocupação da região da Amazônia Legal brasileira, a partir de 1964, foi marcado por um programa reformista com o objetivo de assentar famílias camponesas sem-terra. No entanto, os Projetos de Colonização (PC), que alegavam distribuir terras aos camponeses, na realidade permitiram que grandes empresários e latifundiários se apropriassem do território amazônico, promovendo uma estrutura agrária desigual e garantindo a posse da terra aos latifúndios.

A ocupação da região amazônica, conforme Stédile (2005), ocorreu principalmente por meio da colonização agrícola, que recebeu apoio e incentivo a partir do estabelecimento da ditadura militar em 1964. Foi nesse período que surgiu o “Estatuto da Terra”, que desempenhou um papel crucial ao estabelecer uma estrutura agrária desigual, enraizada desde o período colonial e fundamentada na posse de latifúndios. Dessa forma, o Estado passou a servir aos interesses do capital, garantindo a posse territorial dessas grandes propriedades rurais.

Também foi observado que ocorreram processos de colonização de forma espontânea, por meio do movimento camponês, como apontado por Ianni (1984). Esse processo gerou uma conexão entre os camponeses e a produção de mercadorias, envolvendo o mercado, os sistemas bancários e o Poder Público. Embora o Estado tenha atuado como expropriador

dos trabalhadores e apoiado os latifundiários na busca pela invasão de terras, o autor argumenta que a colonização da região amazônica foi mais impulsionada pelo movimento espontâneo do que pela ação do Estado. Ianni (1979, p. 132) corrobora com essa visão afirmando:

Isso significa que, na prática, as migrações de trabalhadores para a Amazônia, ou o processo de colonização espontânea, configuraram uma reforma agrária realizada por esses mesmos trabalhadores e os seus familiares. Estava em curso uma reforma agrária espontânea, ou de fato, sem a interferência de governantes, burocratas ou técnicos.

Becker (1982) concordou com Ianni (1979) quanto à ocorrência de um movimento de migração espontânea para a região amazônica a partir da década de 1960, mas argumenta que esse movimento envolveu apenas uma pequena parte das famílias participantes desse processo. Para Becker (1982, p. 79), esse movimento “representa uma migração de trabalhadores, tendo contribuído apenas para a abertura das matas, que posteriormente foram adquiridas pelos grandes proprietários”.

De acordo com Oliveira (1988), o processo de colonização da região da Amazônia brasileira, a partir da década de 1960, foi sustentado por uma aliança entre grupos de capitalistas nacionais, internacionais e empresas estatais, conhecida como “tripé econômico-social” (Oliveira, 1988, p. 47). O autor argumenta que o objetivo dessa aliança era entregar as riquezas do país ao capital internacional, apesar do slogan da colonização divulgado pelo Estado, que afirmava o contrário: “integrar para não entregar”.

De acordo com Oliveira (1988), uma nova perspectiva internacional estava se formando, a “Fronteira Ideológica”. Sob a ótica do autor, tanto o Estado quanto a iniciativa privada tinham papéis específicos a desempenhar na constituição dessa nova fronteira. Oliveira (1988, p. 31) complementa:

A concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisas de recursos naturais, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social, reservando à iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis. Papel singular foi traçado para a iniciativa privada que deveria atuar em todos os setores rentáveis das atividades econômicas, ficando para o Estado aquelas atividades deficitárias [...] [...] uma espécie de ‘socialização dos prejuízos’, comum nos Estados capitalistas.

Diante dessa estratégia, a geopolítica de integração nacional desempenhou um papel relevante, incentivando o crescimento integrado das três grandes regiões brasileiras. O objetivo era garantir uma ocupação efetiva no interior da Amazônia, industrializar o Nordeste e, no Centro-Sul, consolidar o processo de industrialização e modernizar a agricultura. Ianni (1986, p. 16) corrobora essa perspectiva, afirmando:

Por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intensivo do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo. Nos dois casos, isto é, nos dois extremos, a atuação do poder estatal desempenhou-se e desempenha-se de modo particularmente agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos.

A fronteira e a colonização agrícola representaram um avanço das relações capitalistas no Brasil. Esse processo resultou na expropriação de povos originários, posseiros e outros grupos. O camponês migrante, excluído da região Centro-Sul devido à modernização da agricultura, permaneceu marginalizado, pois poucos conseguiram acesso à terra para trabalhar. Esse cenário contribuiu para o aumento dos movimentos sociais que lutam por justiça social e reforma agrária.

Essas notas teórico-conceituais, elaboradas para refletir sobre o Brasil, permitem compreender as relações entre a fronteira e a agricultura no país, analisando os aspectos e características históricas e socioeconômicas desse processo. Discutem-se as teorias dos autores citados neste estudo, como Cassiano Ricardo, Leo Waibel, Pierre Monbeig e Octavio Ianni, entre outros, com base nas ideias do historiador Frederick Jackson Turner e sua aplicação ao contexto brasileiro. O estudo aborda a temática da Marcha para o Oeste, aplicada à ocupação da Amazônia brasileira, bem como os conflitos envolvendo camponeses e povos originários.

Apesar das iniciativas governamentais e das teorias que sustentaram esses processos, o avanço da ocupação territorial no Brasil resultou em desigualdades espaciais, conflitos violentos e marginalização social. Inspiradas em modelos externos, como o de Turner nos Estados Unidos, as políticas brasileiras desconsideraram as especificidades socioeconômicas e culturais do território, resultando em exclusão de camponeses, expropriação de povos originários e degradação ambiental.

Esse debate leva à reflexão e à conclusão de que é fundamental reconhecer a complexidade desse processo, que deve, antes de tudo, incluir a valorização dos modos de vida dos povos tradicionais, a democratização do acesso à terra e a preservação ambiental. A fronteira não é apenas um espaço geográfico de expansão econômica capitalista; ela também se configura como um palco de resistência e luta por justiça social e reforma agrária, simbolizando a constante tensão entre progresso, desigualdade e sustentabilidade no Brasil.

## 1.4 Considerações finais

Os debates sobre a fronteira e a colonização agrícola foram fundamentados nas teorias de Frederick Jackson Turner, que analisou o desenvolvimento do território estadunidense por meio da ocupação de áreas de fronteira agrícola. A partir dessa perspectiva, o conceito de um espaço geográfico caracterizado por terras livres e supostamente despovoado foi

aplicado e adaptado ao contexto brasileiro. Alguns autores brasileiros, como Cassiano Ricardo, embora apresentassem divergências em relação à teoria de Turner, exploraram esse conceito ao analisar a figura do bandeirante como um pioneiro na formação territorial do Brasil.

O programa “Marcha para o Oeste”, implementado durante o Estado Novo e o período do Governo Militar, teve como objetivo promover a ocupação de áreas consideradas de vazio demográfico no Brasil, por meio da criação de colônias agrícolas, sob a ideologia do pioneirismo brasileiro. Contudo, diferentemente dos Estados Unidos, a ocupação das fronteiras no Brasil ocorreu de forma dispersa e desordenada.

Pierre Monbeig destacou que a terra foi convertida em propriedade privada por meio do desmatamento em áreas de ocupação pioneira. No entanto, essa teoria, em particular, não levou em conta os fatores que geram conflitos e violência durante o processo de colonização, como o extermínio de povos originários e a expropriação de camponeses.

A partir da década de 1970, diversos autores, como Octavio Ianni, José de Souza Martins, Bertha Becker, Pierre Monbeig e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, apresentaram críticas substanciais ao conceito predominante de fronteira no Brasil. Essas críticas foram motivadas pela expansão da fronteira amazônica conduzida pelo Governo Militar, um processo marcado pela exclusão social e pela violência extrema. Nesse contexto, o camponês emergiu como figura central no debate das Ciências Sociais sobre a fronteira, com destaque para a necessidade de democratizar o acesso à terra e valorizar o modo de vida camponês no país.

A discussão acerca da fronteira e da colonização agrícola abrange diversas perspectivas teóricas, influenciadas pelas ideias de Turner, mas também criticadas e enriquecidas por autores brasileiros. Compreender a complexidade desse processo é fundamental para uma análise abrangente da história e da realidade contemporânea das fronteiras no Brasil, principalmente, considerando os aspectos socioeconômicos e ambientais que o permeiam.

## 1.5 Referências

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). Fronteiras. Brasília: Editora UnB, ORSTROM, 1988. p. 60-89.

IANNI, O. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira, v. 11).

\_\_\_\_\_. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964- 1978). Editora civilização brasileira. Rio de janeiro, 1986.

- MACHADO, L. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: CHRISTOFOLETTI, A. *et al.* (Org.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 181-217.
- MARTINS, J. S. Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- \_\_\_\_\_. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia legal. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 11, n. 1/2, p. 7-27, 1980.
- \_\_\_\_\_. A chegada do estranho. São Paulo: HUCITEC, 1993
- \_\_\_\_\_. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MONBEIG, P. Pioneiros fazendeiros de São Paulo. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988. (Série educando).
- RICARDO, C. Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- SILVA, L. O. O Acre em dois tempos: a luta pela terra na fronteira ocidental. Revista E-premissas de Estudos Estratégicos, Campinas, n. 2, p. 78-103, jan./jun. 2007.
- SOUZA, M. M. O.; PESSÔA, V. L. S. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964. Revista Acta Geográfica, Boa Vista/RR, n. 8, p.143-160, jul./dez. 2010. Disponível em:  
<<https://revista.ufrr.br/actageo/article/download/349/455/1599>>. Acesso em: 16/01/2025.
- STÉDILE, J. P. Programas de reforma agrária: 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- TURNER, F. J. The significance of the frontier in American history. New York: Continuum, 1893. Disponível em:  
<<https://nationalhumanitiescenter.org/pds/gilded/empire/text1/turner.pdf>>. Acesso em 01/05/2023.
- WAIBEL, L. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: SUPREN, 1979.
- VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. Disponível em:  
<<https://static.scielo.org/scielobooks/p8pr7/pdf/velho-9788599662922.pdf>>. Acesso em: 16/01/2025.